



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO

JOSÉ MARIANO BARBOSA, SN - CENTRO - GADO BRAVO - PB.

CEP: 58492-000 - E-mail: gadobravolicitacao@gmail.com - Tel.: (83) 3347-1820.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 01.612.651/0001-03, doravante denominado simplesmente **ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, a licitação para a aquisição/contratação do objeto descrito neste Edital. **AS 09:00 HORAS DO**

DIA 07 DE JUNHO DE 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00015/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SERETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.**

Data de abertura da sessão pública: 07/07/2026 Horário: 09:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 07/07/2026 Horário: 09:01 - horário de Brasília.

Local: <https://licitanet.com.br/>

1.0.DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SERETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.**

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3. A licitação será realizada em lote único, formado por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexo I, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso,



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SERETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO – PB** considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.7. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: <https://licitanet.com.br/>

2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5. ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.6. ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

3.2.1.3. <https://licitanet.com.br/>

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

3.3. Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Entrega: 20 (VINTE) dias.

5.2. O serviço será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I.

5.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: **ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026**, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:
Recursos não Vinculados de Impostos:

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS:

5005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5005.10.301.1004.1023 - Aquisição de Equipamentos e Veículos para Saúde

5005.10.301.1004.2022 - Manter as Atividades do Fundo Municipal de Saúde

5005.10.301.1004.2029 - Desenvolvimento das Atividades de Outros Programas

5005.10.301.1004.2028 - Desenvolver as Atividades da Saúde Bucal

5005.10.302.1004.2078 - DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA MAC

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio: As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9.1 Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a **R\$ 7.955,52 (SETE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)** Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a “prestação” da referida garantia é **ATÉ A DATA E O HORÁRIO PREVISTOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DESTA LICITAÇÃO**. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escriturai, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro garantia: O licitante deverá apresentar, juntamente com a apólice do Seguro-Garantia da Proposta, o comprovante de pagamento do respectivo prêmio sob pena de inabilitação. Não será aceita apólice emitida sem a comprovação do efetivo pagamento do prêmio, considerando que tal



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

condição é indispensável para a validade, eficácia e exequibilidade do seguro-garantia. A ausência do comprovante de pagamento do prêmio ou a apresentação de documento que não comprove o efetivo recolhimento junto à seguradora ensejará a inabilitação do licitante, por descumprimento das exigências editalícias (Fundamentação legal Lei 14.133/21 - DOS PRINCÍPIOS, Art. 5º - Princípio da vinculação ao edital; Art. 11, inciso I).

b.1. O comprovante de pagamento do prêmio da apólice, quando a garantia da proposta for apresentada sob essa modalidade, deverá ser encaminhado obrigatoriamente no momento do envio da proposta, constituindo documento essencial à sua validade.

A ausência do referido comprovante no momento oportuno NÃO poderá ser suprida por diligência, uma vez que, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

Ademais, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, as diligências destinam-se exclusivamente a esclarecer ou complementar informações já apresentadas, sendo expressamente vedada a inclusão posterior de documentos essenciais, razão pela qual a não apresentação do comprovante de pagamento do prêmio da apólice ensejará a desclassificação da proposta.

b.2. A exigência de apresentação do comprovante de pagamento do prêmio do seguro-garantia da proposta fundamenta-se na necessidade de assegurar a efetiva validade e exigibilidade da garantia apresentada, em observância aos princípios da segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, interesse público e eficiência administrativa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Ainda, prevista no Art. 11, inciso I. O simples envio da apólice, desacompanhado da comprovação do pagamento do prêmio, não assegura que a garantia esteja vigente e eficaz, podendo caracterizar mero documento sem qualquer respaldo, o que comprometeria a proteção da Administração Pública contra a retirada injustificada da proposta ou descumprimento das obrigações assumidas pelo citante. Dessa forma, a exigência visa garantir que o seguro-garantia esteja plenamente constituído, ativo e apto a produzir seus efeitos legais, preservando o interesse público e evitando riscos à execução regular do certame. Sendo assim, apólice sem pagamento comprovado não produz efeitos jurídicos e pode ser cancelada a qualquer tempo pela seguradora.

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular – Prefeitura municipal Gado Bravo -PB - Cauções, Banco - Bando do Brasil. Agência – 5781. Conta Corrente – 261518 {depósitos ou transferências identificadas, não serão aceitos pagamentos via pix). Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.9.2. A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação; Após e corrido este prazo, o licitante deverá encaminhar e-mail para: gadobravo.notafiscal@gmail.com, informando o prego e anexando o comprovante da caução. implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.9.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

6.9.4. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. O presente procedimento adotará a inversão de fases, nos termos da Lei nº 14.133/21, de modo que a fase de habilitação antecederá a fase de envio de lances, sendo analisada previamente a documentação dos licitantes quanto ao atendimento dos requisitos de habilitação, somente participando da etapa de lances aqueles devidamente habilitados.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133/21; tais como:

8.3.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.3.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.3.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

8.3.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.4. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/21:

8.4.1. No lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote; e

8.4.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei nº 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de habilitação, abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.11. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.13. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste Edital, podendo o Pregoeiro promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

9.7.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (DEZ REAIS)**.

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20.Em relação ao lote não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2. Empresas brasileiras;

10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.28.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.28.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.28.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.28.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.28.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.29.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.30.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1.Contiver vícios insanáveis;

11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3.6.Não comprovar, quando solicitado pelo Pregoeiro recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

12.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.1.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.1.4. Cópia da Carteira de Identidade (RG) e cópia do CPF, podendo a mesmo ser substituído pela cópia da carteira nacional de habilitação - CNH.

12.3.1.5. Alvará de Funcionamento da sede do licitante, devidamente atualizado.

12.3.1.6. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.2. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.3.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.2.3. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, da empresa e dos sócios, nos



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.3.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, e de execução fiscal com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresse o prazo de validade;

12.3.3.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação/ de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

12.3.3.3 Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC), e Notas Explicativas, todas as demonstrações deverão ser dos 02 (DOIS) últimos exercícios sociais, acompanhado dos respectivos termos de abertura e encerramento devidamente registrado na junta comercial do Estado da Paraíba;

12.3.3.4. Declaração da Capacidade Econômico-financeira da empresa licitante em relação aos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), Solvência Geral (SG), sendo eles maior ou igual (\geq) a 01 (um). Os índices deverão ser apresentados com 02 (duas) casas decimais;

12.3.3.5 Declaração, referida nas alíneas anteriores, deverá ser assinada por profissional habilitado da área contábil e junto a mesma deverá ser anexado a Carteira do CRC (Conselho Regional de Contabilidade) registrada e acompanhado da declaração de habilitação profissional - DHP. Atestando assim habilitação profissional nos exercícios das atividades contábeis;

12.3.3.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, acompanhado do termo de abertura;

12.3.3.7 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano;

12.3.3.8 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;

12.3.3.9 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano.

12.3.4. DAS DECLARAÇÕES:



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

12.3.4.1. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.4.2. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.4.3. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.4.4. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.4.5. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.4.6. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.4.7. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.4.8. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;

12.3.4.9. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.3.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.3.5.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

12.3.5.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato;

12.3.5.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega;

12.3.5.4. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Prefeitura Municipal de Gado Bravo - PB, possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

12.3.5.5. A Prefeitura Municipal de Gado Bravo - PB, se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

12.3.5.6. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

12.3.5.7. Apresentar documento do veículo já devidamente emplacado em nome da empresa ou nota fiscal do mesmo;

12.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

12.5.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.10.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

12.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.13.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.13.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.13.3. Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.2.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor;

13.3.4. O deságio eventualmente obtido no valor do lote será repassado integralmente e de forma linear a todos os seus itens, sendo que, se após esse rateio restar valor unitário, para qualquer item do lote, superior ao estimado pelo ORC, será atribuído ao respectivo item o valor estimado, procedendo-se novo rateio para que seja preservado o deságio obtido no lote.

13.4. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de **10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1. Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio:
<https://licitanet.com.br/>

15.0. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo,



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

16.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

16.6.1. Conforme as disposições dos autos do presente certame, não será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes, da Lei 14.133/21.

17.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO AMPLO - REPACTUAÇÃO

17.1. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação processada com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

17.2. O registro da variação do valor contratual para fazer face à repactuação de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.3. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento de toda a documentação prevista no § 6, do Art. 135, da Lei 14.133/21.

17.4. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

17.5. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, os preços poderão ser repactuados após o interregno de um ano, com data vinculada: à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

17.6. O Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

17.7. É vedado ao Contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

17.8. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

17.9. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

18.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

18.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3. Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1. Obrigações do Contratante:

19.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2. Obrigações do Contratado:

19.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.5.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

21.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua JOSÉ MARIANO BARBOSA, SN - CENTRO - GADO BRAVO - PB. CEP: 58492-000.

PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Umbuzeiro, Estado da Paraíba.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

Gado Bravo - PB, 19 de Junho de 2026.

ASSINADO NO ORIGINAL

DIANA CRISTINA BARBOSA MARINHO

Secretaria de Saúde



GADO BRAVO



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1.0 INTRODUÇÃO:

O termo de referência é o documento produzido na fase de planejamento de contratações de bens e serviços, a fim de especificar o objeto escolhido para o atendimento da necessidade da Administração. Aplica-se inclusive no caso de contratações diretas. Esse documento deve ser fundamentado em estudo técnico preliminar que tenha concluído pela viabilidade da contratação.

O Termo de Referência é um documento que estabelece as diretrizes, requisitos e especificações técnicas necessárias para a contratação de serviços ou aquisição de produtos. Ele serve como um guia para os fornecedores interessados em participar de um processo licitatório, garantindo que todos estejam cientes das exigências e condições estabelecidas pelo órgão contratante. O Termo de Referência é de extrema importância para garantir a transparência, legalidade e eficiência nos processos de contratação pública. Ele ajuda a evitar possíveis irregularidades, assegurando que a escolha do fornecedor seja feita de forma justa e imparcial, com base em critérios objetivos e previamente estabelecidos.

Um Termo de Referência bem elaborado deve conter informações claras e precisas sobre o objeto da contratação, os critérios de seleção, as condições de pagamento, os prazos e as penalidades em caso de descumprimento. Além disso, é importante incluir uma descrição detalhada dos serviços ou produtos a serem fornecidos, de forma a evitar interpretações equivocadas.

2.0 OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SERETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

3.0 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ARMARIO ALTO – Dimensões: Altura 800mm 400mm 800mm Largura Profundidade Externas 1.800mm 800mm 400mm Tampo: Confeccionado em MDP BP (25mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol),revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 25mm(E) x 799mm(L) x	UND	7	1.471,00	10.297,00



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

<p>405mm(P) com acabamento em fita em PVC (poliestireno) com 2mm espessura com bordas aparentes. Laterais: Confeccionado em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol), revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 15mm(E) x 1755mm(A) x 385mm(L) com acabamento em fita PVC (poliestireno) com (0,45mm) de espessura. Prateleiras: Confeccionadas em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol), revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 15mm(E) x 768mm(L) x 335mm(P) com acabamento em fita PVC (poliestireno) com (0,45mm) de espessura, com 4 furações circulares que recebem por um sistema de encaixe e pressão um dispositivo VB 35 M/16 Preto, com PINO GIROFIX VB 116,3X11 DU279. fixadas a laterais do armário, possibilitando ao produto melhor estabilidade. Retaguarda: 2 unidades confeccionado em MDF (9mm) (Fibras de Média Densidade) fabricado através de fibras de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol), com pintura em ambos os lados, medindo 9mm(E) x 1750mm(A) x 387mm(L). Fundo: Confeccionado em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol), revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 15mm(E) x 768mm(L) x 368mm(P) Portas: 2 Portas Confeccionado em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol), revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de</p>				
--	--	--	--	--



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

<p>baixa pressão medindo 1755mm (A) x 390mm (L) x 15mm (E), com acabamento em fita ABS (0,45mm espessura). Fechadura cilíndrica Tipo Yale: com sistema articulado contendo 2 chaves. Puxadores: em Polietileno (Plástico de alto impacto derivado do petróleo) tipo concha. Medindo 458(L) 1 dobra com (15mm) á 90°, 2ª dobra com (29mm) á 315°. Pés: Tipo Octogonal com espessura de (5mm) de polietileno (Plástico de Alto Impacto) com regulagem que permite a regulagem quando á desnível do piso facilitando assim o manuseio do produto. Pés: Tipo Octogonal com espessura de (5mm) de poliestireno (Plástico de Alto Impacto) com regulagem que permite a regulagem quando há desnível do piso facilitando assim o manuseio do produto. Dobradiças: Alta com travas plásticas com garras que se travam a porta de aço. O licitante vencedor do certame deverá apresentar por parte do fabricante os documentos abaixo direcionados a este órgão: Laudo de conformidade ergonômica para com a NR 17, por profissional de ergonomia certificado pela ABERGO com validade a vencer, em papel timbrado do profissional que faz a análise, emite e assina o laudo, com foto do produto e sua descrição técnica em documento do fabricante, menção a norma NR17, análise e conclusão, data e validade. Cadastro técnico federal de Certificado de regularidade perante o IBAMA código 7-4 (fabricação de estruturas de madeira e de moveis e 3-10 fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia. Certidão de registro de pessoa jurídica CREA. Certidão de responsabilidade técnica de profissional CREA. Laudo de nevoa salina NBR-8094/1983 500 horas. Laudo de Câmara úmida NBR-8095/2015 500 horas.</p>				
---	--	--	--	--

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria***PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026****PROCESSO Nº 035/2026**

					
02	<p>Laringoscópio Infantil de fibra óptica, indicado para procedimentos de intubação e visualização das vias aéreas em pacientes pediátricos. Possui iluminação por fibra óptica com lâmpada LED Ultra-Bright Full Spectrum de 3,25V, proporcionando luz branca de alta intensidade para melhor visualização das estruturas anatômicas da orofaringe e das cordas vocais.</p> <p>O equipamento apresenta vida útil aproximada de 100.000 horas da lâmpada, dispensando substituições frequentes. É totalmente compatível com lâminas de fibra óptica em conformidade com as normas ASTM F965 e ISO 7376-1.</p> <p>O cabo é alimentado por duas pilhas tamanho C, oferecendo praticidade e mobilidade durante o uso. O conjunto é acondicionado em estojo protetor para armazenamento e transporte seguro.</p> <p>Composição do conjunto: 01 cabo pediátrico para laringoscópio; 03 lâminas retas tipo Muller, tamanhos 00, 0 e 1; 01 estojo protetor.</p> <p>O equipamento possui garantia mínima de 2 anos contra defeitos de fabricação, sendo registrado na ANVISA.</p>	UND	3	1.645,00	4.935,00
03		UND	2	1.839,00	3.678,00
	Mesa ginecológica -construída em MDF 15mm revestido internamente e externamente na cor branco, laminado de alta qualidade e resistente contra				

	<p>impactos e agentes químicos, pés em tubos quadrados com reguladores de nível revestidos com pintura eletrostática - Gabinete: duas portas com dobradiças de abertura de 270° e quatro gavetas com corrediças metálicas telescópicas- Leito: espuma de densidade D28- Encosto com 5 níveis de regulagem através de cremalheira cromada pereira possui regulagem de inclinação em 4 níveis- Deverá acompanhar: Porta-coxas revestido removíveis e reguláveis em altura fabricado em poliuretano com alma de alumínio, Gaveta de coleta sob o assento fabricada em aço inox AISI 304, Suporte para colposcópio portátil fabricado em tubo de aço inox Suporte para papel lençol- Deverá suportar no mínimo 200kgs.</p> 				
04	<p>Notebok portatil (laptop/notebook) tipo: computador portátil (laptop/notebook) processador mínimo equivalente a Intel core i5 de ultima ou penúltima geração disponível no mercado no ato da entrega memória Ram 8 gb(expansível, no mínimo, até 16 gb) armazenamento: unidade de estado solido(ssd) com capacidade mínima de 512 gb tela tamanho mínimo de 14 polegadas em tecnologia led ou superior resolução mínima full hd (1920x1080) sistema operacional windows11 (versão licenciada em português com atualização e suporte) conectividade mínimo de 2 portas usb (sendo pelo menos 1 do tipo 3.0 ou superior) 1 porta hdmi conexão de rede sem fio (wifi)padrão 802.11ac ou superior bluetooth integrado teclado padrão abnt2 (com cedilha "ç" bateria autonomia mínima de 6 horas de uso continuo acessórios fonte de alimentação bivolt automática e carregador compatível garantia mínima de 12 (doze) meses on site ou com assistência técnica autorizada no território nacional.</p>	UND	5	4.277,00	21.385,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

					
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
05	Concentrador de Oxigênio com Nebulização Integrada: Equipamento destinado à oxigenoterapia domiciliar e institucional, com vazão de até 5 litros por minuto, alimentação elétrica em 110 V, gabinete totalmente confeccionado em plástico de alta resistência, leve, seguro e de fácil higienização, peneira molecular de alta eficiência para garantir estabilidade da concentração de oxigênio, compressor de longa vida útil com proteção contra superaquecimento, válvula de alívio de pressão do compressor, controle remoto para liga/desliga e ajuste de tempo, função de acúmulo de horas com exibição do tempo total de funcionamento, função de desligamento por cronômetro, sistema de nebulização integrada, alarme de interrupção de energia, alarme de falha do dispositivo, incluindo falha de ciclo ou pressão, falha do compressor e baixa concentração de oxigênio, alarmes sonoros e visuais para baixa concentração de oxigênio, sistema de proteção elétrica por disjuntor (breaker) contra sobretensão, desligamento automático em caso de sobrecarga ou perda de conexão, desligamento automático por superaquecimento do compressor, desligamento automático em caso de falha de ciclo ou pressão e de falha do compressor, devendo acompanhar todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, manual de instruções em português.	UND	4	5.773,00	23.092,00

					
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
06	DEA - Desfibrilador Externo Automático - Desfibrilador Externo Automático (DEA) - Equipamento eletrônico médico-hospitalar, portátil, utilizado em situações de emergências cardíacas; Peso máximo do conjunto completo (DEA, bateria, bolsa e eletrodos) não poderá exceder a 3 quilogramas; Alimentação: 110/220 volts; Bateria de Lithium selada, recarregável, de longa duração (mínimo de 50 choques ou 6 horas de monitorização), com carregador de bateria bivolt fornecido junto com o aparelho; Apresenta identificação visual em português, através de monitor com tela de cristal, LED ou LCD colorida de alta resolução. Dispõe de alarmes sonoros, comandos de voz, e ícones visuais autoexplicativos dos procedimentos de RCP em português; deve possuir sistema de detecção da qualidade das compressões durante a reanimação cardiopulmonar (RCP) com comandos de voz para auxiliar o socorrista; Alarme indicando bateria fraca e necessidade de manutenção; Indicação de carga de bateria, traçado eletrocardiográfico, valores de frequência de pulso, carga selecionada e carga entregue; sistema automático para disparos no modo adulto iniciando em 150 joules(cento e cinquenta) de forma escalonada; e 50 (cinquenta) joules fixo no modo infantil. Para uso pediátrico (modo infantil), o aparelho deve limitar a carga em ¼ da energia para adulto de forma automática ao inserir a pá pediátrica; Tempo máximo de carga de até 10s; Dotado de 3 pares de pás descartáveis em tamanho adulto e 1 par de pá descartável infantil, intercambiáveis de encaixe rápido no corpo do aparelho. Deverá permitir registro em memória de ECG contínuo, eventos críticos e procedimentos realizados; Deverá	1	9.930,00	9.930,00	

	<p>apresentar no mínimo certificação – IP-55 (resistência a pó e água) e ser resistente a queda, no mínimo de um metro de altura; Deverá permitir atualizações dos protocolos (procedimentos), possibilitar o armazenamento em memória interna; Deverá possibilitar a transferência de dados para um computador através de cabo USB próprio do equipamento; com software compatível com Windows XP ou superior; Deverá conter bolsa resistente, com alça, para facilitar o transporte. Deverá conter manual de operação e manutenção.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
07	<p>Biombo Plumbífero Reto c/ Chumbo de 2,0mm - Medida: 80x180cm, do tipo móvel, composto por um painel com acabamento em Fórmica e emoldurado em alumínio, que confere ao produto ótima resistência superficial à abrasão e aos riscos, proteção radiológica com Lençol de chumbo interno e teor de pureza 99,985%, Visor de Vidro Plumbífero importado de 10x15cm, estruturado em perfil de aço tratado e pintado e montado sobre rodízios para fácil locomoção.</p> 		1	6.240,00	6.240,00
08	<p>Cadeira tipo diretor, com estrutura resistente, revestimento em tecido mesh respirável e assento estofado,</p>	UND	21	235,00	4.935,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

proporcionando maior conforto durante o uso prolongado. Possui regulagem de altura por sistema de elevação a gás e mecanismo giratório, permitindo melhor ergonomia e mobilidade.


Conta com encosto e assento laváveis, braços fixos e base em plástico com cinco rodízios, garantindo deslocamento suave e estabilidade. Suporta usuários com peso de até 100 kg e apresenta sistema de montagem simples, composto pelo mecanismo, braços, pistão a gás, base e rodízios.

Especificações:

- Tipo: Cadeira diretor giratória;
- Estrutura: Material de malha com base resistente;
- Revestimento: Tecido mesh;
- Assento: Estofado e lavável;
- Encosto: Lavável;
- Regulagem de altura: Sim;
- Giro: 360°;
- Braços: Fixos;
- Base: Plástico com 5 rodízios;
- Capacidade de carga: Até 100 kg;
- Cor: Preta;
- Peso do produto: 6,8 kg;
- Peso com embalagem: 7,8 kg;
- Dimensões aproximadas: 58 cm de largura, 87 cm de altura e profundidade conforme especificação do fabricante;
- Montagem: Sistema de montagem simples, incluindo mecanismo, braços, pistão a gás, base e rodízios.

Observação: A tonalidade do tecido poderá apresentar pequenas variações conforme o lote de fabricação.



	<p>proporcionando maior conforto durante o uso prolongado. Possui regulagem de altura por sistema de elevação a gás e mecanismo giratório, permitindo melhor ergonomia e mobilidade.</p> <p>Conta com encosto e assento laváveis, braços fixos e base em plástico com cinco rodízios, garantindo deslocamento suave e estabilidade. Suporta usuários com peso de até 100 kg e apresenta sistema de montagem simples, composto pelo mecanismo, braços, pistão a gás, base e rodízios.</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Cadeira diretor giratória;• Estrutura: Material de malha com base resistente;• Revestimento: Tecido mesh;• Assento: Estofado e lavável;• Encosto: Lavável;• Regulagem de altura: Sim;• Giro: 360°;• Braços: Fixos;• Base: Plástico com 5 rodízios;• Capacidade de carga: Até 100 kg;• Cor: Preta;• Peso do produto: 6,8 kg;• Peso com embalagem: 7,8 kg;• Dimensões aproximadas: 58 cm de largura, 87 cm de altura e profundidade conforme especificação do fabricante;• Montagem: Sistema de montagem simples, incluindo mecanismo, braços, pistão a gás, base e rodízios. <p>Observação: A tonalidade do tecido poderá apresentar pequenas variações conforme o lote de fabricação.</p> 				
09	Consultório Odontológico Portátil - Consultório odontológico portátil, com compressor de ar integrado e capacidade mínima de 7 litros, destinado à realização de procedimentos odontológicos em atendimentos móveis ou externos.	UND	3	22.879,00	68.637,00

	<p>Alimentação elétrica em tensão de 127 V ou 220 V (não bivolt), frequência de 60 Hz. Cor verde militar. Dimensões aproximadas de 435 x 300 x 605 mm (C x L x A), admitindo variação de até $\pm 10\%$. Peso aproximado de 23 kg, admitindo variação de até $\pm 10\%$. Deverá possuir nível máximo de ruído de 70 dB(A), pressão mínima de operação do compressor de 0,5 MPa (5,1 kgf/cm² ou 72 PSI) e pressão máxima de operação de 0,8 MPa (8,16 kgf/cm² ou 116 PSI). A pressão de trabalho para alta rotação deverá variar entre 0,2 MPa (30 PSI) e 0,4 MPa (60 PSI). Vazão mínima do compressor de 6,2 PCM (PES) e deslocamento de ar mínimo de 175 L/min. O equipamento deverá acompanhar, no mínimo: Sugador; Seringa tríplice (ar e água); Conexão para caneta de alta rotação tipo Borden de 2 vias; Conexão para caneta de baixa rotação tipo Borden de 2 vias; Pedal para acionamento. O produto deverá possuir registro válido na ANVISA, atender às normas técnicas aplicáveis para equipamentos odontológicos e ser fornecido com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>				
	 <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
10	<p>Autoclave horizontal destinada à esterilização de materiais e instrumentos por vapor sob pressão, com capacidade nominal de 42 litros, alimentação bivolt e frequência de 50/60 Hz. Possui temperaturas programáveis de 121°C, 124°C, 127°C, 130°C e 134°C, operando com pressão de trabalho entre 1,0 e 1,5 kgf/cm². A câmara de esterilização é fabricada em aço inoxidável AISI 304, material de alta resistência à corrosão e durabilidade, com vedação em silicone vulcanizado fixada na câmara, proporcionando maior segurança durante o processo. O equipamento dispõe de sistema de secagem integrado, permitindo a</p>	UND	4	5.958,00	23.832,00

<p>secagem dos materiais durante o próprio ciclo de esterilização, com a porta entreaberta e resistência acionada, ou ao término do ciclo, com a porta fechada e acionamento automático da resistência até a secagem completa dos materiais. Conta com sistema de despressurização e desaeração automática (lenta) ou manual por meio de botão frontal (rápida). O mecanismo de fechamento da porta possui duplo estágio de segurança, impedindo sua abertura enquanto houver pressão interna. Possui painel digital para exibição dos parâmetros e do funcionamento do equipamento, além de QR Code para acesso ao manual de instruções, informações técnicas e rede de assistência.</p> <p>O sistema de abastecimento é manual, utilizando água limpa a cada ciclo. A drenagem da água e do vapor excedente é realizada por mangueira de descarga direcionada para recipiente de descarte (não incluso). O ciclo é confinado, não liberando vapor no ambiente.</p> <p>O gabinete e a porta são construídos em aço carbono, conferindo elevada resistência mecânica e robustez ao equipamento.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 42 litros; • Alimentação elétrica: Bivolt; • Frequência: 50/60 Hz; • Temperaturas de esterilização: 121°C, 124°C, 127°C, 130°C e 134°C; • Pressão de trabalho: 1,0 a 1,5 kgf/cm²; • Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; • Vedação em silicone vulcanizado; • Sistema de secagem integrado ao ciclo e pós-ciclo; • Despressurização automática ou manual; • Fechamento da porta com mecanismo de duplo estágio de segurança; • Painel digital com indicação dos parâmetros de funcionamento; • Abastecimento manual de água; • Drenagem por mangueira para recipiente externo; • Ciclo confinado, sem liberação de vapor no ambiente; 				
--	--	--	--	--



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

- Gabinete e porta em aço carbono;
- Bandejas em alumínio;
- Acessórios inclusos: 02 bandejas e 01 mangueira;
- Registro na ANVISA;
- Equipamento fabricado em conformidade com a ABNT NBR ISO 13485:2016;
- Garantia mínima de 12 meses;
- Assistência técnica com rede autorizada em todo o território nacional.



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

11	<p>Impressora Laser (Comum): Impressora multifuncional monocromática com tecnologia de impressão laser eletrofotográfica; tela LCD retroiluminada touchscreen de, no mínimo, 2,7"; velocidade de impressão e cópia de, no mínimo, 34 ppm em papel A4 e 36 ppm em papel Carta; resolução de impressão de até 2.400 x 600 dpi; impressão automática frente e verso (duplex); tempo de saída da primeira página de, no máximo, 8,5 segundos; processador de, no mínimo, 600 MHz; memória de, no mínimo, 256 MB; bandeja de entrada com capacidade mínima de 250 folhas; alimentação manual para, no mínimo, 1 folha; bandeja de saída para, no mínimo, 100 folhas; alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade mínima de 50 páginas; compatível com papéis Carta, Ofício, Executivo, A4, A5, A6, B5, B6, envelopes e tamanhos personalizados, com suporte à gramatura de 60 a 230 g/m² na alimentação manual; compatível com papéis comum, bond, envelopes e etiquetas; scanner colorido e monocromático tipo flatbed (vidro de exposição), com resolução óptica mínima de 1.200 x 1.200 dpi no vidro e 600 x 600 dpi no ADF, resolução interpolada de até 19.200 x 19.200 dpi; funções de</p>	UND	3	3.449,00	10.347,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

	<p>digitalização para arquivo, imagem, e-mail, OCR, FTP e SharePoint ou equivalente; ampliação e redução de cópia de 25% a 400%; funções de cópia 2 em 1 e 4 em 1; interfaces Wi-Fi IEEE 802.11 b/g/n, Wi-Fi Direct, Ethernet e USB 2.0 de alta velocidade; compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, Mac e Linux; suporte à impressão e digitalização por dispositivos móveis; ciclo de trabalho mensal de até 35.000 páginas, com volume mensal recomendado de até 2.500 páginas; utilização de cartucho de toner e cartucho de cilindro como consumíveis; garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
12	<p>Biombo Triplo Dobrável com rodízios, cortinas impermeáveis em pvc, estrutura em tubos de aço carbono redondo, dobrável para ambos os lados, com dois eixos giratórios, Pés com ponteiros de borracha niveladoras na cortina do meio e com rodízios giratórios de 2" nas cortinas laterais, Acabamento em pintura epóxi, com tratamento ferruginoso, Dimensões aproximadas: Aberto: 1,82m largura x 1,80m altura x 0,50m comprimento.</p> 	UND	3	902,00	2.706,00
13	<p>Compressor Odontológico - Compressor de ar isento de óleo,</p>	UND	2	4.527,00	9.054,00

	<p>destinado ao atendimento de consultórios odontológicos, com baixo nível de ruído (máximo de 60 dB), design compacto e estrutura robusta, proporcionando funcionamento silencioso, seguro e eficiente. Deverá possuir reservatório com capacidade mínima de 50 litros, com tratamento antioxidante, dreno para remoção de líquidos condensados, válvula de segurança, manômetro acoplado, válvula de retenção, filtro de aspiração, válvula reguladora de pressão para ajuste da saída de ar e registro de saída que permita interromper o fluxo sem necessidade de esvaziamento do reservatório. O bloco compressor deverá possuir aletas e ventoinha para melhor refrigeração do motor.</p> <p>O equipamento deverá ser isento de óleo, eliminando riscos de contaminação do ar por fumaça ou odores, garantindo ar comprimido limpo e adequado para procedimentos odontológicos. Deverá possuir potência máxima de 1.700 W (2,2 HP), equipado com dois motores de dois pistões, rotação de 3.500 RPM, alimentação em 127 V ou 220 V (não bivolt) e frequência de 50/60 Hz.</p> <p>O desempenho mínimo deverá ser de vazão de 8,9 PCM (PES), deslocamento de ar de 276 litros por minuto (LPM), pressão mínima de operação de 0,5 MPa (72 PSI ou 5,1 kgf/cm²) e pressão máxima de operação de 0,8 MPa (120 PSI ou 8,16 kgf/cm²), com saída de ar de 1/4 de polegada. O equipamento deverá possuir capacidade para atender simultaneamente até dois consultórios odontológicos equipados com bomba a vácuo.</p> <p>As dimensões máximas do equipamento deverão ser de aproximadamente 410 mm de diâmetro por 650 mm de altura, com peso aproximado de 39,5 kg, admitindo-se pequenas variações decorrentes do fabricante. O produto deverá ser fornecido com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, acompanhado de manual de instruções em português e certificado de garantia. O equipamento é isento de registro na ANVISA, por não haver exigência regulamentar para esta categoria de produto.</p>				
--	--	--	--	--	--

	 <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
14	<p>Impressora Laser Multifuncional (copiadora, scanner e fax opcional) - Equipamento multifuncional laser monocromático, com funções de impressão, cópia, digitalização e fax (4 em 1), destinado a ambientes corporativos com elevado volume de trabalho. Deverá possuir velocidade mínima de impressão de 50 páginas por minuto (ppm) em formato A4, impressão automática frente e verso (duplex), bem como digitalização duplex automática, proporcionando maior produtividade e economia de papel.</p> <p>O equipamento deverá possuir conectividade por rede sem fio (Wireless IEEE 802.11 b/g/n), Gigabit Ethernet, Wi-Fi Direct e interface USB 2.0 de alta velocidade (Hi-Speed USB 2.0), permitindo compartilhamento em rede e impressão a partir de diversos dispositivos.</p> <p>Deverá ser compatível, no mínimo, com os formatos de papel Carta, Ofício, Executivo, A4, A5 e A6, suportando gramaturas entre 60 e 163 g/m². Deverá possuir painel de operação com tela sensível ao toque (touchscreen) colorida de, no mínimo, 7 polegadas, facilitando a configuração e a operação do equipamento.</p> <p>O equipamento deverá acompanhar toner inicial com rendimento mínimo de 25.000 páginas, unidade de cilindro com vida útil mínima de 75.000 páginas, cabo de alimentação, tampa da porta USB, guia de configuração rápida e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.</p> <p>A impressora deverá possuir baixo custo operacional, decorrente da utilização de toner de alta capacidade, reduzindo a frequência de substituições e aumentando a eficiência em ambientes</p>	UND	2	5.863,00	11.726,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

	<p>com grande demanda de impressão. O equipamento deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em português e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
15	<p>Arquivo de Aço com 05 Gavetas – Arquivo de aço vertical confeccionado em chapa de aço laminada a frio, espessura mínima nº 24 (0,60 mm), destinado ao armazenamento de documentos em pastas suspensas e fichas. Deverá possuir acabamento com tratamento anticorrosivo por fosfatização e pintura eletrostática a pó (epóxi), com secagem em estufa de alta temperatura, garantindo elevada resistência à corrosão, riscos e desgaste, na cor cinza claro ou equivalente.</p> <p>O equipamento deverá possuir 05 (cinco) gavetas, sendo 03 (três) destinadas ao armazenamento de pastas suspensas e 02 (duas) para fichas 5" x 8", equipadas com deslizamento por carrinhos telescópicos, proporcionando abertura suave e maior durabilidade. Cada gaveta deverá possuir porta-etiqueta estampado para identificação do conteúdo.</p> <p>O fechamento deverá ser realizado por fechadura tipo Yale, acompanhada de, no mínimo, duas chaves, com sistema de travamento simultâneo de todas as gavetas, garantindo segurança ao armazenamento dos documentos.</p> <p>O arquivo deverá possuir puxadores tipo alça em perfil de PVC, estrutura monobloco (não desmontável) e capacidade mínima de 40 kg por gaveta.</p> <p>As dimensões externas deverão ser de aproximadamente 1.340 mm de altura, 490 mm de largura e 680 mm de profundidade, admitindo-se pequenas variações conforme o fabricante. As</p>	UND	8	2.283,00	18.264,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

	<p>gavetas destinadas às pastas suspensas deverão possuir dimensões internas aproximadas de 300 x 400 x 580 mm (A x L x P), enquanto as gavetas para fichas deverão possuir dimensões internas aproximadas de 130 x 400 x 580 mm (A x L x P).</p> <p>O produto deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, acompanhado de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> 				
16	<p>Grupo Gerador Portátil - Gerador de Energia a Diesel até 7 kVA – Grupo gerador de energia elétrica a diesel, destinado ao fornecimento de energia em aplicações profissionais, comerciais, residenciais e institucionais, com potência máxima mínima de 7,0 kVA e potência contínua mínima de 6,5 kVA. O equipamento deverá ser equipado com motor diesel monocilíndrico de, no mínimo, 498 cm³, potência mínima de 13,5 HP, refrigerado a ar, operando à rotação máxima de 3.600 RPM.</p> <p>O gerador deverá possuir sistema de partida manual e elétrica, sendo compatível com bateria de 12 V (não sendo obrigatória a inclusão da bateria), além de interface para conexão com painel de transferência automática (ATS), permitindo acionamento automático mediante instalação de painel compatível, o qual poderá ser fornecido separadamente.</p> <p>O alternador deverá ser do tipo síncrono, monofásico, com tensão de saída selecionável entre 115 V e 230 V por meio de chave seletora, frequência de 60 Hz, dois polos, excitatriz rotativa por escovas e regulador eletrônico automático de tensão (AVR), assegurando estabilidade da tensão de saída durante o funcionamento.</p> <p>O equipamento deverá possuir tanque de combustível com capacidade mínima de 11,5 litros e reservatório de óleo</p>	UND	1	11.375,00	11.375,00

	<p>lubrificante com capacidade mínima de 1,65 litro. Deverá ser equipado com sensor de nível de óleo, impedindo o funcionamento do motor quando o nível estiver abaixo do recomendado, proporcionando maior proteção ao conjunto motriz.</p> <p>O gerador deverá possuir painel de controle com medidor digital multifunção, permitindo a visualização, no mínimo, dos parâmetros de tensão (V), frequência (Hz) e tempo de funcionamento (horímetro).</p> <p>Para facilitar o transporte e a movimentação, deverá possuir quadro estrutural reforçado em perfil metálico retangular, equipado com duas rodas, duas alças de transporte e cantoneiras de proteção no tanque de combustível, garantindo maior resistência e segurança durante o uso.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, kit básico de operação, certificado de garantia e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>				
	 <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
17	<p>Mesa de Escritório com Gaveteiro – Mesa para escritório confeccionada em MDP de alta resistência, com acabamento em BP (Baixa Pressão), proporcionando maior durabilidade e resistência à umidade, riscos e desgaste decorrente do uso contínuo. O tampo deverá possuir espessura mínima de 15 mm, sendo igualmente confeccionado em MDP, com estrutura e pés no mesmo material.</p> <p>A mesa deverá possuir dimensões aproximadas de 180 cm de largura, 60 cm de profundidade e 74,5 cm de altura, admitindo-se pequenas variações</p>	UND	9	933,00	8.397,00

	<p>conforme o fabricante. Deverá acompanhar gaveteiro integrado ou acoplado, equipado com gavetas dotadas de corrediças metálicas simples e puxadores em PVC, garantindo abertura suave e boa resistência ao uso.</p> <p>O sistema de montagem deverá utilizar ferragens do tipo Minifix e parafusos ou sistema equivalente que assegure estabilidade e firmeza da estrutura. O produto deverá ser fornecido desmontado, acompanhado de manual de montagem e kit completo de ferragens necessários à instalação.</p> <p>Para conservação do mobiliário, o fabricante deverá recomendar limpeza com pano macio umedecido e sabão neutro, sendo vedada a utilização de produtos abrasivos.</p> <p>O conjunto deverá ser fornecido contendo, no mínimo, 01 (uma) mesa, 01 (um) gaveteiro, manual de montagem e kit de ferragens. O produto deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>				
					
18	<p>Destilador de Água Elétrico – Capacidade de 5 Litros/Hora – Destilador de água elétrico destinado à produção de água destilada para uso laboratorial, odontológico, hospitalar e demais aplicações que exijam água de elevada pureza. O equipamento deverá possuir gabinete confeccionado em aço carbono 1020, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó na cor branca, equipado com chave liga/desliga, lâmpada piloto indicadora de funcionamento e suporte para fixação em parede confeccionado no mesmo material e acabamento.</p> <p>O tubo de destilação, a tampa e a caldeira deverão ser fabricadas em aço inoxidável AISI 304, enquanto o coletor</p>	UND	1	2.265,00	2.265,00



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

<p>de vapores e todas as partes em contato com a água destilada deverão ser confeccionados em aço inoxidável e materiais inertes, garantindo elevada resistência à corrosão e preservação da qualidade da água produzida.</p> <p>O equipamento deverá produzir água destilada com condutividade máxima de 4 $\mu\text{S/cm}$, considerando água de alimentação com condutividade de até 300 $\mu\text{S/cm}$, apresentando condutividade típica de até 3,5 $\mu\text{S/cm}$ para água de entrada de aproximadamente 310 $\mu\text{S/cm}$.</p> <p>O sistema de aquecimento deverá ser realizado por resistência tubular blindada em aço inoxidável AISI 304, com potência mínima de 3.500 W, proporcionando rendimento mínimo de 5 litros por hora. O consumo de água deverá ser compatível com o processo de destilação, observando relação aproximada de até 10 litros consumidos para cada litro de água destilada produzida.</p> <p>O equipamento deverá possuir sistema automático de controle do nível de alimentação da caldeira, equipado com sensor eletrônico de nível que promova o desligamento automático em caso de falta de água, garantindo maior segurança operacional e proteção dos componentes internos.</p> <p>As dimensões da cuba deverão ser de aproximadamente 15 x 24 x 30 cm (A x L x C), e as dimensões externas de aproximadamente 38 x 27 x 76 cm (A x L x C), admitindo-se pequenas variações decorrentes do fabricante.</p> <p>A alimentação elétrica deverá ser em 110 V ou 220 V, monofásica ou bifásica, conforme a necessidade da Administração no momento da aquisição.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido acompanhado de suporte para fixação, parafusos e buchas para instalação, cabo de alimentação compatível com a tensão especificada, manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>				
--	--	--	--	--



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

					
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
19	AR-CONDICIONADO SPLIT 12000 BTU/H. Quente E Frio, 220 Volts. DESCRIÇÃO DO OBJETO – AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT INVERTER Aquisição de aparelho de ar-condicionado tipo Split, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes internos, novo, sem uso, de fabricação atual, com fornecimento completo de unidade evaporadora e unidade condensadora. Características mínimas exigidas: Tecnologia Inverter, com controle eletrônico de velocidade do compressor, visando maior eficiência energética e menor consumo de energia elétrica; Utilização de gás refrigerante R32 ou R290, ecológico, com baixo impacto ambiental e em conformidade com normas ambientais vigentes; Capacidade de refrigeração: conforme especificado no termo de referência (você colocam os bits conforme cada item daí), Unidade condensadora com formato quadrado ou redondo, conforme solicitado na hora da compra pela administração/edital; Funcionamento nos modos refrigeração e aquecimento Classificação energética mínima conforme normas do INMETRO/PROCEL vigentes; Alimentação elétrica compatível com a rede local, 220v/60hz. Acompanhado de controle remoto, manual do fabricante em português e todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento; Produto com garantia mínima de fábrica, conforme legislação vigente.	UND	13	2.307,00	29.991,00

	 <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
20	<p>Notebok portatil (laptop/notebook) tipo: computador portátil (laptop/notebook) processador mínimo equivalente a Intel core i5 de ultima ou penúltima geração disponível no mercado no ato da entrega memória Ram 8 gb(expansível, no mínimo, até 16 gb) armazenamento: unidade de estado solido(ssd) com capacidade mínima de 512 gb tela tamanho mínimo de 14 polegadas em tecnologia led ou superior resolução mínima full hd (1920x1080) sistema operacional windows11 (versão licenciada em português com atualização e suporte) conectividade mínimo de 2 portas usb (sendo pelo menos 1 do tipo 3.0 ou superior) 1 porta hdmi conexão de rede sem fio (wifi)padrão 802.11ac ou superior bluetooth integrado teclado padrão abnt2 (com cedilha "ç" bateria autonomia mínima de 6 horas de uso continuo acessórios fonte de alimentação bivolt automática e carregador compatível garantia mínima de 12 (doze) meses on site ou com assistência técnica autorizada no território nacional.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>	UND	16	7.165,00	114.640,00
21	<p>Impressora Laser (Comum): Impressora multifuncional monocromática com tecnologia de impressão laser eletrofotográfica; tela LCD retroiluminada touchscreen de, no mínimo, 2,7"; velocidade de impressão e cópia de, no</p>	UND	8	3.105,00	24.840,00

	<p>mínimo, 34 ppm em papel A4 e 36 ppm em papel Carta; resolução de impressão de até 2.400 x 600 dpi; impressão automática frente e verso (duplex); tempo de saída da primeira página de, no máximo, 8,5 segundos; processador de, no mínimo, 600 MHz; memória de, no mínimo, 256 MB; bandeja de entrada com capacidade mínima de 250 folhas; alimentação manual para, no mínimo, 1 folha; bandeja de saída para, no mínimo, 100 folhas; alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade mínima de 50 páginas; compatível com papéis Carta, Ofício, Executivo, A4, A5, A6, B5, B6, envelopes e tamanhos personalizados, com suporte à gramatura de 60 a 230 g/m² na alimentação manual; compatível com papéis comum, bond, envelopes e etiquetas; scanner colorido e monocromático tipo flatbed (vidro de exposição), com resolução óptica mínima de 1.200 x 1.200 dpi no vidro e 600 x 600 dpi no ADF, resolução interpolada de até 19.200 x 19.200 dpi; funções de digitalização para arquivo, imagem, e-mail, OCR, FTP e SharePoint ou equivalente; ampliação e redução de cópia de 25% a 400%; funções de cópia 2 em 1 e 4 em 1; interfaces Wi-Fi IEEE 802.11 b/g/n, Wi-Fi Direct, Ethernet e USB 2.0 de alta velocidade; compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, Mac e Linux; suporte à impressão e digitalização por dispositivos móveis; ciclo de trabalho mensal de até 35.000 páginas, com volume mensal recomendado de até 2.500 páginas; utilização de cartucho de toner e cartucho de cilindro como consumíveis; garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>				
	 <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
22	ARMARIO ALTO – Dimensões: Altura Largura Profundidade Externas 1.800mm 800mm 400mm Tampo: Confeccionado	UND	1	1.228,00	1.228,00

	<p>em MDP BP (25mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol),revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 25mm(E) x 799mm(L) x 405mm(P) com acabamento em fita em PVC (poliestireno)com 2mm espessura com bordas aparentes. Laterais: Confeccionado em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol),revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 15mm(E) x 1755mm(A) x 385mm(L) com acabamento em fita PVC(poliestireno) com (0,45mm) de espessura. Prateleiras: Confeccionadas em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol),revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 15mm(E) x 768mm(L) x 335mm(P) com acabamento em fita PVC(poliestireno) com (0,45mm) de espessura, com 4 furações circulares que recebem por um sistema de encaixe e pressão um dispositivo VB 35 M/16 Preto, com PINO GIROFIX VB 116,3X11 DU279. fixadas a laterais do armário, possibilitando ao produto melhor estabilidade. Retaguarda: 2 unidades confeccionado em MDF (9mm) (Fibras de Média Densidade) fabricado através de fibras de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol), com pintura em ambos os lados, medindo 9mm(E) x 1750mm(A) x 387mm(L). Fundo: Confeccionado em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol),revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 15mm(E) x 768mm(L) x</p>				
--	--	--	--	--	--



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

<p>368mm(P) Portas: 2 Portas Confeccionado em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Uréia Formol), revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 1755mm (A) x 390mm (L) x 15mm (E), com acabamento em fita ABS (0,45mm espessura). Fechadura cilíndrica Tipo Yale: com sistema articulado contendo 2 chaves. Puxadores: em Polietileno (Plástico de alto impacto derivado do petróleo) tipo concha. Medindo 458(L) 1 dobra com (15mm) á 90°,2° dobra com (29mm) á 315°.Pés: Tipo Octogonal com espessura de (5mm) de polietileno (Plástico de Alto Impacto) com regulagem que permite a regulagem quando á desnível do piso facilitando assim o manuseio do produto. Pé: Tipo Octogonal com espessura de (5mm)de poliestireno (Plástico de Alto Impacto) com regulagem que permite a regulagem quando há desnível do piso facilitando assim o manuseio do produto. Dobradiças: Alta com travas plásticas com garras que se travam a porta de aço. O licitante vencedor do certame deverá apresentar por parte do fabricante os documentos abaixo direcionados a este órgão: Laudo de conformidade ergonômica para com a NR 17, por profissional de ergonomia certificado pela ABERGO com validade a vencer, em papel timbrado do profissional que faz a análise, emite e assina o laudo, com foto do produto e sua descrição técnica em documento do fabricante, menção a norma NR17, análise e conclusão, data e validade. Cadastro técnico federal de Certificado de regularidade perante o IBAMA código 7-4 (fabricação de estruturas de madeira e de moveis e 3-10 fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia. Certidão de registro de pessoa jurídica CREA. Certidão de responsabilidade técnica de profissional CREA. Laudo de nevoa salina NBR-8094/1983 500 horas. Laudo de Câmara úmida NBR-8095/2015 500 horas.</p>				
--	--	--	--	--

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

					
23	<p>Impressora Laser Multifuncional (copiadora, scanner e fax opcional) - Equipamento multifuncional laser monocromático, com funções de impressão, cópia, digitalização e fax (4 em 1), destinado a ambientes corporativos com elevado volume de trabalho. Deverá possuir velocidade mínima de impressão de 50 páginas por minuto (ppm) em formato A4, impressão automática frente e verso (duplex), bem como digitalização duplex automática, proporcionando maior produtividade e economia de papel.</p> <p>O equipamento deverá possuir conectividade por rede sem fio (Wireless IEEE 802.11 b/g/n), Gigabit Ethernet, Wi-Fi Direct e interface USB 2.0 de alta velocidade (Hi-Speed USB 2.0), permitindo compartilhamento em rede e impressão a partir de diversos dispositivos.</p> <p>Deverá ser compatível, no mínimo, com os formatos de papel Carta, Ofício, Executivo, A4, A5 e A6, suportando gramaturas entre 60 e 163 g/m². Deverá possuir painel de operação com tela sensível ao toque (touchscreen) colorida de, no mínimo, 7 polegadas, facilitando a configuração e a operação do equipamento.</p> <p>O equipamento deverá acompanhar toner inicial com rendimento mínimo de 25.000 páginas, unidade de cilindro com vida útil mínima de 75.000 páginas, cabo de alimentação, tampa da porta USB, guia de configuração rápida e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.</p> <p>A impressora deverá possuir baixo custo operacional, decorrente da utilização de toner de alta capacidade, reduzindo a frequência de substituições e aumentando a eficiência em ambientes com grande demanda de impressão. O equipamento deverá ser fornecido novo,</p>	UND	7	5.288,00	36.596,00

	<p>de primeiro uso, acompanhado de manual em português e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
24	<p>Computador (Desktop-Básico) - Principais características: Processador Intel Core i5 7ª Geração, 16 GB de Memória RAM, Capacidade do HD: 1TB, Tela de 23 Polegadas, Sistema Operacional: Windows 11.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>	UND	4	5.613,00	22.452,00
25	<p>Carro Maca Simples - Carro maca hospitalar destinado ao transporte de pacientes, com capacidade mínima de carga de 200 kg, confeccionado em estrutura reforçada em aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó, proporcionando elevada resistência mecânica, durabilidade e facilidade de higienização.</p> <p>O leito deverá ser dividido em duas seções, sendo a cabeceira articulável, com regulagem de inclinação por sistema de cremalheira ou equivalente, permitindo o posicionamento adequado do paciente. A estrutura do leito deverá ser fabricada em chapa de aço de alta resistência. Deverá possuir grades laterais de proteção, removíveis ou escamoteáveis, confeccionadas em aço carbono, garantindo maior segurança durante o transporte do paciente.</p> <p>O sistema de movimentação deverá ser composto por quatro rodízios de</p>	UND	7	3.866,00	27.062,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

	<p>aproximadamente 8 polegadas (203 mm), com giro de 360°, sendo, no mínimo, dois providos de sistema de freio em diagonal ou equivalente, assegurando estabilidade durante a utilização.</p> <p>As dimensões aproximadas deverão ser de 750 mm de altura, 700 mm de largura e 2.000 mm de comprimento, admitindo-se variação de até $\pm 5\%$ em razão das características construtivas de cada fabricante.</p> <p>O equipamento deverá acompanhar colchão hospitalar compatível, com dimensões aproximadas de 1.900 x 700 x 70 mm, confeccionado em espuma de densidade mínima D28, revestido em material impermeável, resistente a produtos de limpeza e desinfecção, de fácil higienização e adequado ao uso hospitalar.</p> <p>O carro maca deverá ser fornecido completo, novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>				
					
26	<p>Suporte de Hamper - Detalhes: Armação Tbular em Aço Inox , Saco em Forte Tecido de Algodão Cru Pés Providos de Rodízios de 2" Capacidade Aproximada 100 Litros Dimensões externas aproximadas: Comprimento: 50,5 cm Largura: 44 cm Altura: 79 cm.</p>	UND	7	525,00	3.675,00
					
27	<p>Balança Antropométrica Infantil - Medidas: Peso: 3,91 kg Altura: 11,5cm Largura: 33,5cm Comprimento: 33,5cm</p>	UND	2	1.021,00	2.042,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

	<p>Concha: Altura: 8,5cm Largura: 33cm Comprimento: 55cm.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
28	<p>Mesa para Consultório - Mesa para consultório confeccionada em MDP de alta resistência, destinada ao uso administrativo, com tampo revestido e acabamento em fita de borda, proporcionando maior durabilidade e proteção contra impactos e umidade. A mesa deverá possuir dimensões aproximadas de 120 cm de largura, 60 cm de profundidade e 75 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm na altura e pequenas variações nas demais dimensões em função do fabricante. A estrutura deverá ser composta por pés confeccionados em tubo de aço tipo metalon, seção mínima de 50 x 30 mm, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó ou equivalente, garantindo resistência, estabilidade e longa vida útil. O equipamento deverá possuir gaveteiro integrado com 02 (duas) gavetas, confeccionadas em MDP, dotadas de sistema de fechamento por fechadura com fornecimento de, no mínimo, 02 (duas) chaves, assegurando a guarda de documentos e objetos. A mesa deverá suportar carga distribuída de, no mínimo, 30 kg sobre o tampo, mantendo sua estabilidade e integridade estrutural durante o uso normal. O produto deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de montagem, kit completo de ferragens para instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>	UND	5	539,00	2.695,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

					
29	<p>Esfigmomanômetro Adulto - Tamanho: Adulto ° Medida da Braçadeira: 52 x 14 cm ° Abrangência Circunferência do Braço: 18 x 36 cm ° Tamanho Manguito: 12 x 22 cm °</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>	UND	6	308,00	1.848,00
30	<p>Balança Antropométrica Adulto - Balança Eletrônica Antropométrica W200A com capacidade de 200 Kg com divisão de 50 gramas. Possui régua antropométrica de 2 metros com divisão de 0,5 centímetros.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>	UND	5	1.755,00	20.680,00
31	<p>Computador (Desktop-Básico) - Principais características Processador Intel Core i5 7 Geração 16 GB de Memória RAM Capacidade do HD: 1TB Tela de 23 Polegadas Sistema Operacional:</p>	UND	2	4.136,00	2.144,00

	Windows 11				
	 <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>				
32	<p>Esfigmomanômetro de Pedestal - Aparelho de Pressão Arterial com Pedestal e Rodízios</p> 	UND	2	1.072,00	32.352,00
33	<p>Câmara para Conservação de Hemoderivados, Imunobiológicos e Termolábeis – Equipamento destinado à conservação e armazenamento de hemoderivados, imunobiológicos, medicamentos termolábeis e demais produtos que exijam controle rigoroso de temperatura, com capacidade compatível com as necessidades da Administração. A câmara deverá operar na faixa de temperatura de +2°C a +8°C, controlada por sistema microprocessado, com painel de controle dotado de chave geral liga/desliga, display LCD luminoso para visualização da temperatura e dos parâmetros de operação, saída USB para extração de relatórios e acesso protegido por senha para configuração dos parâmetros. O equipamento deverá possuir sistema de monitoramento por, no mínimo, 02 (dois) sensores do tipo NTC, sendo um sensor imerso em solução de glicerol para simulação da temperatura real dos produtos armazenados e outro para controle da temperatura do gabinete, garantindo maior precisão no</p>	UND	5	16.176,00	63.210,00

<p>monitoramento.</p> <p>O sistema de refrigeração deverá ser por circulação forçada de ar, utilizando ventiladores internos para manter temperatura homogênea em toda a câmara, compressor hermético de alto rendimento, livre de vibrações, utilizando gás refrigerante ecológico livre de CFC, com sistema de degelo automático que não interrompa o funcionamento nem comprometa a estabilidade térmica.</p> <p>O equipamento deverá possuir memória para registro das temperaturas máxima, mínima e instantânea, bem como armazenamento de todos os eventos ocorridos, contendo data e hora, permitindo exportação dos registros por meio de porta USB. Os dados deverão permanecer armazenados mesmo em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, retomando automaticamente o registro após o restabelecimento da alimentação.</p> <p>Deverá possuir sistema de segurança com alarmes audiovisuais para temperatura acima ou abaixo dos limites programados, porta aberta, falha dos sensores e falta de energia elétrica, além de sistema de notificação remota por discador telefônico via linha fixa ou tecnologia equivalente.</p> <p>O gabinete deverá possuir isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade, com espessura mínima de 75 mm, revestimento interno em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização, e revestimento externo em aço galvanizado com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática de alta resistência.</p> <p>A porta deverá possuir fechamento automático, vedação por perfil magnético, sistema antiembaçante, puxador anatômico e iluminação interna em LED resistente à umidade, com acionamento automático pela abertura da porta.</p> <p>O equipamento deverá possuir, no mínimo, 05 (cinco) prateleiras reguláveis, montado sobre rodízios com sistema de travamento, permitindo fácil deslocamento e estabilidade durante a operação.</p> <p>As dimensões externas deverão ser de aproximadamente 204 x 64 x 71 cm (A x L x P), e as dimensões internas de aproximadamente 136,9 x 49 x 53,1 cm (A x L x P), admitindo-se pequenas</p>				
--	--	--	--	--

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

	<p>variações conforme o fabricante. A alimentação elétrica deverá ser em 110 V ou 220 V, frequência de 50/60 Hz.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com sistema de emergência por bateria, garantindo autonomia mínima de 24 horas para monitoramento e funcionamento dos sistemas essenciais em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, além de manual de instruções em língua portuguesa, certificado de calibração do sistema de medição de temperatura, registro válido na ANVISA, quando aplicável, e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>				
					
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
34	<p>Bomba de Infusão – Equipamento portátil, leve e compacto, destinado à administração controlada de soluções parenterais, medicamentos, sangue e hemoderivados por meio de sistema peristáltico linear, acionado por controle eletrônico microprocessado, proporcionando elevada precisão, segurança e confiabilidade na infusão. Deverá ser compatível com equipos específicos do fabricante, sendo indicada para uso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais.</p> <p>O equipamento deverá ser apropriado para utilização em unidades de terapia intensiva (UTI), centros cirúrgicos, enfermarias, ambulâncias e demais ambientes hospitalares que exijam administração contínua e precisa de fluidos e medicamentos.</p> <p>A bomba deverá possuir sistema de autoteste automático no momento da inicialização, verificando o correto funcionamento dos componentes internos antes do início da infusão.</p> <p>O mecanismo de instalação do equipo deverá impedir sua colocação incorreta,</p>	UND	2	12.642,00	400,00

dispondo de sistema de proteção contra vazão livre (free flow), evitando o fluxo accidental da solução quando o equipo não estiver instalado corretamente.

O equipamento deverá possuir sistema eletrônico de monitoramento contínuo da pressão da linha de infusão, permitindo a detecção de oclusões e alterações de pressão, bem como sistema anti-bólus, evitando a administração inadvertida de volume após a remoção de uma oclusão. Deverá possuir sensor para detecção de bolhas de ar na linha de infusão, interrompendo automaticamente a administração quando identificado risco de embolia gasosa.

A bomba deverá dispor de sistema completo de alarmes sonoros e visuais para, no mínimo, as seguintes situações: oclusão da linha de infusão, identificação do ponto de oclusão, presença de ar na linha, fim da infusão, modo KVO (Keep Vein Open), pressão elevada no sistema, porta aberta, instalação incorreta do equipo, nível baixo de bateria, funcionamento em bateria, falha mecânica e demais condições que comprometam a segurança da infusão.

O equipamento deverá possuir trava de teclado ou função equivalente para impedir alterações accidentais dos parâmetros programados durante o funcionamento.

A alimentação elétrica deverá permitir operação em rede elétrica e por bateria interna recarregável, garantindo continuidade da infusão em casos de interrupção do fornecimento de energia.

O equipamento deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, cabo de alimentação, bateria interna recarregável, registro válido na ANVISA, quando aplicável, e garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.



	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
35	Esfigmomanômetro Infantil 	UND	3	200,00	9.144,00
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
36	Régua de Gases (Assistência Respiratória de Parede) - Facilidade de instalação e manutenção: Projetado para proporcionar uma instalação rápida e descomplicada, além de facilitar a manutenção periódica. Isolamento interno entre módulos elétrico e de gases: A separação interna entre os módulos elétrico e de gases garante a segurança necessária para o uso simultâneo desses recursos. Sistema basculante frontal: Permite fácil acesso ao interior do painel, dispensando a necessidade de desmontá-lo completamente durante a manutenção. Perfil frontal em alumínio extrudado e pintura eletrostática a pó: Construção em alumínio extrudado com pintura eletrostática a pó confere ao painel um acabamento de qualidade e durabilidade. Conexões de entrada e saída: Possui conexões adequadas para entrada e saída de gases, garantindo a correta distribuição dos recursos hospitalares. Latão cromado conforme norma ABNT NBR 1906: As conexões de latão cromado estão em conformidade com as normas de qualidade estabelecidas pela ABNT NBR 1906, assegurando a durabilidade e a resistência do produto. 	UND	11	3.048,00	19.162,00
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				

37	<p>Armário Vitrine - Armário vitrine destinado ao armazenamento e exposição de materiais hospitalares, medicamentos e insumos, confeccionado com estrutura resistente e de fácil higienização.</p> <p>O equipamento deverá possuir fundo e teto confeccionados em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura epóxi eletrostática, garantindo elevada resistência à corrosão, impactos e produtos utilizados na limpeza hospitalar. Deverá possuir 01 (uma) porta confeccionada em vidro transparente com espessura mínima de 3 mm, dotada de fechadura cilíndrica com fornecimento de, no mínimo, 02 (duas) chaves, proporcionando segurança ao armazenamento dos materiais.</p> <p>As laterais deverão ser confeccionadas em vidro transparente de espessura mínima de 3 mm, permitindo ampla visualização do conteúdo interno. Internamente, deverá possuir 03 (três) prateleiras em vidro de espessura mínima de 3 mm, reguláveis ou removíveis, adequadas para organização dos materiais armazenados.</p> <p>A base deverá possuir pés dotados de ponteiros de borracha ou material equivalente, proporcionando estabilidade ao equipamento e proteção ao piso.</p> <p>As dimensões aproximadas deverão ser de 1,54 m de altura, 0,54 m de largura e 0,44 m de profundidade, admitindo-se pequenas variações conforme o fabricante.</p> <p>O acabamento externo deverá ser na cor branca ou equivalente.</p> <p>O armário deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de instruções, todos os acessórios necessários à sua instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>	UND	7	1.742,00	23.009,00
----	---	-----	---	----------	-----------



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

					
38	<p>Mesa de Exames - Mesa de Exames Clínicos com Balcão – Mesa destinada à realização de exames clínicos e atendimentos ambulatoriais, com estrutura reforçada, proporcionando estabilidade, conforto ao paciente e facilidade de higienização.</p> <p>A estrutura deverá ser confeccionada em MDF com espessura mínima de 15 mm, com tratamento antibacteriano ou revestimento que proporcione elevada resistência à umidade, ao desgaste e aos processos de limpeza e desinfecção.</p> <p>O equipamento deverá possuir balcão integrado para armazenamento de materiais, equipado com corrediças telescópicas, dobradiças de alta resistência e puxadores em alumínio ou material equivalente, garantindo durabilidade e praticidade no uso diário.</p> <p>A mesa deverá possuir cabeceira articulável, com regulagem de inclinação em, no mínimo, 05 (cinco) posições, permitindo o adequado posicionamento do paciente durante os procedimentos clínicos.</p> <p>O leito deverá possuir estofamento com espessura mínima de 5 cm, confeccionado em espuma de densidade mínima D28, revestido em material sintético impermeável, resistente a rasgos, de fácil higienização e compatível com produtos utilizados na desinfecção de ambientes de saúde.</p> <p>As dimensões mínimas deverão ser de 1,80 m de comprimento, 0,80 m de largura e 0,80 m de altura, admitindo-se pequenas variações conforme o fabricante.</p> <p>A mesa deverá suportar capacidade mínima de carga estática de 350 kg, mantendo estabilidade e segurança</p>	UND	2	3.287,00	2.458,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

	<p>durante sua utilização. O equipamento deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, kit para montagem, quando aplicável, e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> 				
39	<p>Carro para Curativo – Carro para curativo destinado ao transporte e apoio de materiais utilizados em procedimentos clínicos e hospitalares, confeccionado em estrutura de aço carbono SAE 1020, utilizando tubo redondo de diâmetro mínimo de 7/8" e espessura mínima de 2,38 mm, com varandas de proteção superior e inferior em tubo de aço carbono de diâmetro mínimo de 10 mm e espessura mínima de 2 mm, proporcionando elevada resistência e segurança durante a utilização. O equipamento deverá possuir tampo superior e prateleira inferior confeccionados em chapa de aço carbono SAE 1020 com espessura mínima de 0,75 mm (chapa nº 22), permitindo o apoio e transporte de materiais e instrumentos. Toda a estrutura metálica deverá receber tratamento antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática a pó, com secagem em estufa, garantindo elevada resistência à corrosão, impactos e aos produtos utilizados na limpeza e desinfecção hospitalar. O carro deverá acompanhar 01 (um) balde e 01 (uma) bacia, ambos confeccionados em aço inoxidável, com capacidade volumétrica mínima de 5,5 litros para o balde e 4,2 litros para a bacia. O sistema de movimentação deverá ser composto por 04 (quatro) rodízios de aproximadamente 3 polegadas (76,2 mm), proporcionando deslocamento suave, estabilidade e facilidade de manobra. As dimensões aproximadas do</p>	UND	6	1.229,00	4.788,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

	<p>equipamento deverão ser de 1.125 mm de comprimento total, 467 mm de largura e 836 mm de altura, admitindo-se pequenas variações conforme o fabricante. O tampo e a prateleira deverão possuir dimensões aproximadas de 750 mm de comprimento por 450 mm de largura, garantindo área útil adequada para apoio dos materiais.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido completo, contendo estrutura, tampo, prateleira, varandas de proteção, balde em aço inox, bacia em aço inox, rodízios e todos os acessórios necessários à montagem e utilização.</p> 				
40	<p>Mesa Auxiliar - em Inox 40x80x80cm, pés em tubo de aço inox redondo 7/8, Tampo e prateleira em chapa de aço inox 0.80mm, sem arestas cortantes, Pés com rodízios giratórios de 2" de diâmetro</p> 	UND	1	798,00	592,00
41	<p>Cadeira para Coleta de Sangue - Com braçadeira Reclinável com assento, encosto e braços articulados, descanso para os pés com extensão concomitante à inclinação do encosto; estofados com espuma alta densidade, revestido em Courvim, reclinável, com 4 posições, Pintura epóxi eletrostático a pó; Pés com ponteira plástica. Largura do assento: 55 cm, Capacidade 150kg. Cor a ser definida.</p>	UND	11	592,00	21.923,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

					
42	<p>Poltrona Hospitalar com revestimento antibacteriano, antichamas e impermeável, Rodízio e mecanismo sincronizado entre encosto e peseira permitindo ajuste na posição desejada, Estrutura de reclinção em aço carbono com pintura eletrostática fixada no chassi de madeira. Assento densidade D-33 e encosto e braços densidade D28, Revestimento em courvin, permite o reclino até 145 graus- Suporta até 135kgs.</p> 	UND	3	1.993,00	2.352,00
43	<p>Foco Refletor Ambulatorial - 3000K bivolt e rodízios com trava</p> 	UND	2	784,00	490,00

44	<p>Nebulizador Portátil - Equipamento destinado à nebulização para tratamento de condições do sistema respiratório, proporcionando administração eficiente de medicamentos e soluções fisiológicas. Alimentação bivolt manual (127/220 V), com chave seletora de tensão. Dotado de protetor térmico com desligamento automático em caso de superaquecimento, garantindo maior segurança durante a utilização. Possui motor resistente, adequado para uso contínuo. Acompanha kit de acessórios, incluindo recipiente para medicamentos com capacidade mínima de 10 mL, uma máscara anatômica para adulto e uma máscara anatômica para infantil, ambas flexíveis. Produto novo, de primeira qualidade, atendendo às normas técnicas e de segurança aplicáveis.</p>  <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>		3	245,00	8.796,00
45	<p>Central de Nebulização - Equipamento destinado à administração de medicamentos por nebulização, indicado para uso contínuo em ambientes hospitalares, ambulatoriais e demais serviços de saúde. Alimentação elétrica bivolt automático (127/220 V), com geração de névoa intensa para maior eficiência no tratamento. Equipado com mangueira de, no mínimo, 1,5 metro de comprimento e acompanhado de suporte para acomodação do equipamento e acessórios. Não possui restrições quanto aos medicamentos utilizados para nebulização. Dimensões aproximadas de 26 x 24 x 33 cm (sem suporte) e 107 x 60 x 34 cm (com suporte), com peso aproximado de 4 kg (sem suporte) e 7 kg (com suporte). Produto novo, com registro válido na ANVISA, garantia mínima de 12 meses e fornecido com todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento.</p>	UND	2	2.932,00	1.014,00

					
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
46	<p>Suporte de Soro - Altura Regulável Aço Inox com 5 Rodízios</p> 	UND	2	507,00	4.476,00
47	<p>Oftalmoscópio - Equipamento destinado à realização de exames oftalmológicos, equipado com iluminação por lâmpada halógena de xenônio de 2,5 V, proporcionando iluminação uniforme e de alta qualidade. Possui sistema de seleção com, no mínimo, 5 aberturas, filtro livre de vermelho e disco de lentes com, no mínimo, 19 dioptrias, abrangendo faixa de -20 a +20 dioptrias, com marcador de dioptrias iluminado para facilitar a visualização. Cabo metálico para alimentação por 2 pilhas alcalinas tipo AA, com interruptor liga/desliga e clipe de bolso. Cabeça confeccionada em material termoplástico de alta resistência a impactos, com sistema óptico selado contra poeira e borracha de proteção isenta de látex. Acompanha estojo para transporte e armazenamento. Produto novo, de primeira qualidade, com registro na ANVISA, quando aplicável, e garantia mínima de 12 meses.</p>	UND	4	2.238,00	5.180,00

					
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
48	<p>Otoscópio Simples – LED, com estojo, Iluminação via LED-Ring com 6 LEDs concêntricos (sem fibra óptica), Campo de visão amplo, não restrito por fibra óptica, Intensidade de iluminação ajustável (regulável), Desligamento automático após ~3 minutos, Vida útil dos LEDs, ~100.000 horas, Temperatura de cor ~4.250 K (CRI > 90), Lente com aumento 3× e função de trava, Porta de insuflação (teste pneumático), Cabo em alumínio e fibra de vidro reforçada, Interruptor eletrônico tipo botão ON/OFF.</p> 	UND	1	1.295,00	48.075,00
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
49	<p>BERA Triagem</p> 	UND	1	48.075,00	1.508,00
50	<p>Laringoscópio Adulto - Equipamento destinado à visualização das vias aéreas superiores e auxílio na intubação</p>	UND	1	1.508,00	340,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026**PROCESSO Nº 035/2026**

	<p>endotraqueal, composto por cabo e lâminas com sistema de iluminação por fibra óptica de alta intensidade. Alimentação por 2 pilhas tipo C, tensão de 2,5 V, proporcionando iluminação uniforme por tecnologia LED (luz branca ou branco quente), com intensidade luminosa mínima de 15.000 mcd, corrente elétrica de aproximadamente 20 mA e vida útil mínima da fonte de luz de 20.000 horas. Conjunto composto por 1 cabo adulto de fibra óptica e 3 lâminas curvas tipo McIntosh, nos tamanhos nº 1, nº 2 e nº 3, com encaixe seguro e acionamento automático da iluminação ao acoplamento da lâmina ao cabo. Fabricado em materiais de alta resistência, adequado para uso hospitalar, acompanhado de estojo para acondicionamento e transporte. Produto novo, com registro na ANVISA, quando aplicável, e garantia mínima de 12 meses.</p> 				
51	<p>Mesa para Computador - Tampo: Confeccionado em MDP BP (15mm) (Partículas de Média Densidade) fabricado através de partículas de madeira com resinas sintéticas (Ureia Formol), revestido por ambas as faces por uma folha celulósica decorativa banhada em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão medindo 15mm(E)x1213mm(L)x613mm(P) com acabamento em Perfil Ergosoft 180°. RETAGUARDA Confeccionada em (MDP BP) de 15mm partículas de média densidade com resinas sintéticas revestidas em ambas as faces com películas decorativas banhadas em solução melamínica fixada através de um processo de prensa de baixa pressão nas medidas de 15mm (E)x 300mm (A) 1005mm(L) Estrutura:pé tipo "H" composto na base por tubo blongo 29x58mm em chapa #16 (1,50mm), para fixação do tampo, coluna central em</p>	UND	7	340,00	10.297,00

	<p>formato de canaleta em U duplo em chapa #18 (1,20mm), para encaixe de almofadas em MDP BP 15 mm, ponteiros oblongos 29x58 mm, com sapatas niveladoras, para corrigir desnível de piso Estrutura: #16 (1,50mm), para fixação do tampo, coluna central em formato de canaleta em U duplo em chapa #18 (1,20mm), para encaixe de almofadas em MDP BP 15 mm, ponteiros oblongos 29x58 mm, com sapatas niveladoras, para corrigir desnível de piso Pintura eletrostática controlada por Reciprocador, tornando a aplicação uniforme. DIMENSÕES: ALTURA 740mm x LARGURA 1215mm x PROFUNDIDADE 615mm O licitante vencedor do certame deverá apresentar por parte do fabricante os documentos abaixo direcionados a este órgão: Laudo de conformidade ergonômica para com a NR 17, por profissional de ergonomia certificado pela ABERGO com validade a vencer, em papel timbrado do profissional que faz a análise, emite e assina o laudo, com foto do produto e sua descrição técnica em documento do fabricante, menção a norma NR-17, análise e conclusão, data e validade. Cadastro técnico federal de Certificado de regularidade perante o IBAMA código 7-4 (fabricação de estruturas de madeira e de moveis e 3-10 fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia. Certidão de registro de pessoa jurídica CREA. Certidão de responsabilidade técnica de profissional CREA</p>				
					
TOTAL:					R\$ 795.522,00

OBSERVAÇÃO:

A solicitação de catálogo, prospecto, manual técnico, ficha técnica ou documento equivalente dos equipamentos ofertados tem por finalidade possibilitar a análise e verificação da



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

conformidade das especificações técnicas apresentadas pela licitante em relação às exigências estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

A medida visa assegurar que os produtos ofertados atendam integralmente aos requisitos mínimos de desempenho, qualidade, capacidade operacional e demais características técnicas exigidas pela Administração, permitindo uma avaliação objetiva e fundamentada da proposta apresentada.

A exigência encontra respaldo nos princípios da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, da eficiência, da transparência e do julgamento objetivo, previstos na Lei nº 14.133/2021, não configurando restrição indevida à competitividade, uma vez que os documentos solicitados constituem meios usuais de identificação e comprovação das características dos produtos disponibilizados pelos fabricantes.

Dessa forma, a apresentação de catálogo, ficha técnica ou documento equivalente é necessária para subsidiar a análise técnica da proposta, permitindo à Administração verificar o atendimento das especificações mínimas exigidas e garantir a adequada execução do objeto contratual.

O MESMO DEVERÁ SER ANEXADO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA READEQUADA.

3.1 O objeto desta contratação se enquadra como uma compra comum;

3.2 O prazo de vigência da contratação é de **até o final do exercício financeiro 2026**, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável na forma dos artigos 105 a 111 da Lei Federal 14.133/21.

4.0. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação tem por finalidade suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Gado Bravo - PB, mediante a aquisição de equipamentos destinados ao fortalecimento da estrutura física e operacional das unidades de saúde municipais, proporcionando melhores condições para a prestação dos serviços públicos de saúde à população.

4.2 A aquisição dos equipamentos justifica-se pela necessidade de aparelhar, renovar e complementar os equipamentos utilizados nas unidades de atendimento, considerando o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a obsolescência tecnológica e a ampliação das demandas pelos serviços de saúde. A disponibilização de equipamentos adequados constitui requisito indispensável para assegurar a eficiência dos atendimentos, a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde, bem como a qualidade dos serviços prestados.

4.3 Além disso, a contratação contribuirá para a modernização da infraestrutura da rede municipal de saúde, permitindo maior eficiência na execução das atividades assistenciais, administrativas e de apoio, reduzindo interrupções ocasionadas por equipamentos inadequados ou inoperantes e proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores.

4.4 A aquisição também visa atender às necessidades decorrentes da expansão e aperfeiçoamento dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo que as unidades disponham dos recursos materiais indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades, observando os princípios da continuidade, eficiência, economicidade e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

4.5 Os equipamentos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando, quando aplicável, as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentações pertinentes, garantindo segurança, qualidade, desempenho e conformidade para utilização no âmbito da Administração Pública.

4.6 Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e plenamente justificada, uma vez que possibilitará o atendimento adequado das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando melhores condições para a execução das ações e serviços públicos de saúde, promovendo maior eficiência administrativa, otimização dos recursos públicos e melhoria da qualidade do atendimento prestado à população do Município de Gado Bravo - PB.

5.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1 A solução consiste na aquisição de equipamentos destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Gado Bravo - PB, compreendendo o fornecimento integral dos bens, devidamente novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, acompanhados de todos os acessórios, componentes, manuais de operação e demais itens indispensáveis ao seu pleno funcionamento, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

5.2 A contratação contempla todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de fabricação, transporte, entrega, instalação ou montagem (quando aplicável), testes de funcionamento, garantia do fabricante, assistência técnica durante o período de garantia e suporte necessário para assegurar o adequado desempenho dos equipamentos. Dessa forma, busca-se garantir não apenas o fornecimento dos bens, mas também sua utilização segura, eficiente e contínua durante sua vida útil.

5.3 Os equipamentos deverão possuir características técnicas compatíveis com as necessidades da Administração, observando padrões de qualidade, durabilidade, eficiência, segurança e desempenho. Quando exigido pela legislação específica, deverão possuir registro ou cadastro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentos aplicáveis, assegurando conformidade técnica e legal para sua utilização.

5.4 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, acondicionados em embalagens originais do fabricante, devidamente protegidos contra danos decorrentes do transporte e armazenamento, contendo identificação do fabricante, modelo, número de série, lote, data de fabricação, quando aplicável, e demais informações exigidas pela legislação vigente.

5.5 Durante toda a vida útil dos equipamentos, espera-se que apresentem desempenho compatível com as especificações técnicas estabelecidas, permitindo sua utilização contínua nas atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, com manutenção da segurança, confiabilidade e eficiência operacional. A garantia contratual deverá assegurar a correção de defeitos de fabricação, substituição de componentes e demais providências necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem ônus para a Administração, durante o período estabelecido no Termo de Referência.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

5.6 A especificação detalhada de cada equipamento, incluindo características técnicas, dimensões, capacidade, desempenho, requisitos mínimos de funcionamento, acessórios obrigatórios e demais condições de fornecimento, encontra-se descrita no Termo de Referência, constituindo requisito obrigatório para fins de habilitação da proposta e execução contratual.

5.7 Assim, a solução adotada atende de forma integral às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a aquisição de equipamentos com qualidade, segurança, durabilidade e conformidade técnica, contribuindo para a melhoria da infraestrutura das unidades de saúde, para a continuidade dos serviços públicos e para a adequada aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação deverá observar os requisitos técnicos, legais e operacionais necessários para assegurar o adequado fornecimento dos equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Gado Bravo - PB, garantindo que os bens adquiridos atendam às necessidades da Administração, às normas vigentes e aos padrões de qualidade exigidos.

6.2 Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha normal de fabricação, não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados, usados ou fora de linha. Todos os bens deverão ser fornecidos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos respectivos manuais de operação em língua portuguesa, certificados de garantia, acessórios, componentes, cabos, conectores, softwares embarcados (quando aplicável) e demais itens indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

6.6 As especificações técnicas constantes no Termo de Referência constituem requisitos mínimos obrigatórios, podendo ser ofertados equipamentos com características superiores, desde que plenamente compatíveis com as exigências estabelecidas e sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.7 Quando exigido pela legislação aplicável, os equipamentos deverão possuir registro, cadastro ou notificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentações específicas pertinentes a cada equipamento, devendo tais requisitos ser comprovados sempre que solicitados pela Administração.

6.8 A contratada deverá garantir que os produtos fornecidos sejam isentos de defeitos de fabricação, apresentem qualidade compatível com as especificações técnicas exigidas e possuam vida útil adequada às finalidades a que se destinam, responsabilizando-se pela substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos, vícios, avarias decorrentes do transporte ou qualquer desconformidade verificada no recebimento ou durante o período de garantia.

6.9 A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, em local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo de inteira responsabilidade da contratada todas as despesas relativas ao transporte, carregamento, descarregamento, seguro, tributos, embalagens, mão de obra e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

6.10 Quando aplicável, a contratada deverá realizar a instalação, montagem, configuração inicial, testes de funcionamento e orientação básica aos servidores responsáveis pela utilização dos equipamentos, assegurando sua plena operacionalidade no momento do recebimento definitivo.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

6.11 Os equipamentos deverão ser entregues em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas, contendo informações como fabricante, modelo, número de série, lote, data de fabricação, quando aplicável, e demais elementos exigidos pela legislação vigente, garantindo a rastreabilidade dos produtos.

6.12 A contratada deverá prestar garantia mínima conforme especificado para cada equipamento no Termo de Referência, ou, na ausência de previsão específica, garantia não inferior à oferecida pelo fabricante, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho, sem qualquer custo adicional para a Administração.

6.13 Durante a execução contratual, deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança aplicáveis.

6.14 Por fim, a contratação deverá assegurar o fornecimento de equipamentos que atendam integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando qualidade, segurança, durabilidade, eficiência operacional e conformidade com as especificações técnicas definidas pela Administração, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a continuidade dos serviços de saúde prestados à população.

6.5. VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO

6.15.1. O prazo de vigência da contratação é de **até o final do exercício financeiro 2026** contados do(a) a partir da assinatura do contrato;

6.16 INÍCIO DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO

6.16.1. A entrega deverá ser realizada a partir da data de assinatura do contrato.

7.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento parcelado ou integral, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com as solicitações emitidas pela Administração durante a vigência da contratação, observadas as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

7.2 O fornecimento será formalizado por meio da emissão de Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, expedido pela Administração, contendo a identificação dos itens, quantitativos, local de entrega e demais informações necessárias à execução contratual.

Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada, em dias úteis, no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde ou em outro local previamente indicado pela Administração.

7.3 A entrega deverá ser realizada por conta e risco da contratada, compreendendo todas as despesas com transporte, frete, carga, descarga, seguro, embalagens, tributos, mão de obra e quaisquer outros custos necessários ao perfeito cumprimento da obrigação contratual, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

7.4 Os equipamentos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, lacradas e adequadas ao transporte, de forma a evitar danos, contaminações ou avarias.

Todos os equipamentos deverão estar acompanhados dos respectivos manuais de operação em língua portuguesa, certificados de garantia, notas fiscais, acessórios, componentes, cabos, conectores, softwares embarcados (quando aplicável) e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento, observadas as especificações constantes no Termo de Referência.

7.5 Quando aplicável, caberá à contratada realizar a instalação, montagem, configuração, calibração, testes de funcionamento e colocação dos equipamentos em operação, bem como prestar orientação básica aos servidores designados pela Administração quanto à utilização adequada dos equipamentos, sem custos adicionais.

7.6 O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas:

I – **Recebimento Provisório**, realizado no ato da entrega, para conferência da quantidade, integridade das embalagens e demais aspectos aparentes dos produtos;

II – **Recebimento Definitivo**, após a verificação da conformidade das especificações técnicas, funcionamento, qualidade, desempenho e atendimento às exigências estabelecidas no Termo de Referência, observado o prazo previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.7 Caso sejam constatadas irregularidades, divergências nas especificações, defeitos de fabricação, danos decorrentes do transporte ou qualquer desconformidade em relação ao objeto contratado, a Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues, ficando a contratada obrigada a promover sua substituição, reparo ou complementação, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.8 A emissão do recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação ou problemas de funcionamento verificados durante o período de garantia, permanecendo a obrigação de reparar ou substituir os equipamentos sempre que constatada qualquer desconformidade decorrente de sua fabricação ou fornecimento.

7.9 Durante toda a execução contratual, a contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como observar as normas técnicas aplicáveis, a legislação sanitária, ambiental, trabalhista, previdenciária e tributária vigente, garantindo que os equipamentos fornecidos atendam integralmente às especificações exigidas pela Administração e às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Gado Bravo - PB.

8.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

8.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.2. FISCALIZAÇÃO

8.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.3. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117 §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

8.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinado prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. IV);

8.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

8.4. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.4.1. A fiscalização administrativa será exercida por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de acompanhar o cumprimento das obrigações administrativas, legais e contratuais da contratada.

8.4.2 A FISCALIZAÇÃO PODERÁ:



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

- a) acompanhar a execução do contrato sob os aspectos administrativos;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual;
- c) conferir a documentação necessária à liquidação e ao pagamento;
- d) registrar ocorrências e comunicar irregularidades ao gestor do contrato;
- e) solicitar a correção de falhas e acompanhar o cumprimento das determinações da Administração.

8.4.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, permanecendo esta responsável pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

8.4.4. Constatadas irregularidades, o fiscal comunicará o gestor do contrato para adoção das providências cabíveis, inclusive aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.4.3 A atuação da fiscalização não exime a Contratada de sua plena responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, nos termos pactuados.

8.5. GESTOR DO CONTRATO

8.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

8.5.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.5.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.5.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.5.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI)



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

8.5.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. INÍCIO DE OBJETO

9.1.1. A execução do objeto terá início imediatamente após a assinatura do contrato, cabendo à contratada adotar todas as providências necessárias para garantir o cumprimento integral das obrigações assumidas, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora.

9.1.2. A Administração poderá emitir ordem de fornecimento já a partir da data de assinatura, devendo a contratada estar apta e estruturada para iniciar os serviços.

9.1.3. O descumprimento injustificado do início imediato poderá ensejar aplicação de sanções administrativas, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.

10.0 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis, contados após o quinto dia útil de cada mês, pré-faturamento referente aos materiais fornecidos no mês anterior, contendo a discriminação dos itens entregues, quantitativos, valores unitários e totais, para conferência pela CONTRATANTE e posterior autorização para faturamento.

10.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao setor contábil-financeiro, por meio do e-mail: gadobravo.notafiscal@gmail.com, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas pela legislação vigente.

10.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado a partir da data do aceite da nota fiscal/fatura, devidamente atestada quanto ao recebimento dos materiais e acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios.

10.4. O pagamento será realizado em moeda nacional corrente, mediante transferência bancária, Pix ou, excepcionalmente, por meio de cheque, caso a CONTRATADA não possua dados bancários disponíveis.

10.5. No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

10.6. A nota fiscal que apresentar incorreções ou divergências será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando suspenso o prazo de pagamento até a regular regularização.

11. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

11.2. FORMA DE FORNECIMENTO

11.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

11.2.2. A seleção de dará na modalidade de disputa: **ABERTA**;

11.2.3. Em relação ao regime de execução pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base nos valores constantes nas Propostas de Equipamentos cadastradas no sistema do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde (FNS), destinadas ao Fundo Municipal de Saúde de Gado Bravo – PB, as quais contemplam os equipamentos objeto da presente licitação. Os valores constantes dessas propostas representam os preços de referência adotados pelo Ministério da Saúde para aquisição dos equipamentos e materiais permanentes, servindo como parâmetro técnico e econômico para a definição do orçamento estimado da contratação.

12.2 Para a composição da estimativa, foram consideradas as seguintes propostas:

12.2.1 Proposta nº **11136097000125001**, no valor de **R\$ 199.691,00**, destinada à aquisição de equipamentos e material permanente para Unidades Básicas de Saúde.

12.2.2 Proposta nº **11136097000125008**, no valor de **R\$ 396.075,00**, destinada à aquisição de equipamentos e material permanente para a Unidade Mista Municipal de Saúde.

12.2.3 Proposta nº **11136097000126001**, no valor de **R\$ 199.756,00**, destinada à aquisição de equipamentos e material permanente para Unidades Básicas de Saúde.

12.3 Dessa forma, o valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 795.522,00 (SETECENTOS E NOVENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E VINTE E DOIS REAIS)**, obtido pela soma dos valores das três. propostas de equipamentos aprovadas pelo Ministério da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Gado Bravo – PB.

12.4 A adoção desses valores encontra respaldo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, por se tratarem de referências oficiais estabelecidas pelo Ministério da Saúde para o financiamento da aquisição dos equipamentos, refletindo parâmetros compatíveis com os valores praticados para bens com as características especificadas.

12.5 Assim, a estimativa de preços da contratação foi construída com base em critérios técnicos, objetivos e compatíveis com a realidade do mercado, garantindo observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS:

5005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

5005.10.301.1004.1023 - Aquisição de Equipamentos e Veículos para Saúde

5005.10.301.1004.2022 - Manter as Atividades do Fundo Municipal de Saúde

5005.10.301.1004.2029 - Desenvolvimento das Atividades de Outros Programas

5005.10.301.1004.2028 - Desenvolver as Atividades da Saúde Bucal

5005.10.302.1004.2078 - DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA MAC



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

14.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do Município de Gado Bravo – PB, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, na qualidade de Contratante:

- a) Designar gestor e fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução, na forma da Lei nº 14.133/2021;
- b) Receber o objeto provisória e definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que não atendam às especificações técnicas ou apresentem defeitos, vícios ou irregularidades;
- d) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para sua regularização;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições, prazos e forma estabelecidos no contrato, após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da documentação exigida;
- f) Fornecer à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações contratuais;
- g) Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA aos locais de entrega, quando necessário ao cumprimento do objeto;
- h) Aplicar as penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- i) Solicitar a substituição dos equipamentos que apresentem defeitos, vícios, avarias ou desconformidade com as especificações técnicas, sem ônus para a Administração;
- j) Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações assumidas, bem como das normas técnicas, sanitárias e legais aplicáveis ao objeto da contratação;
- k) Prestar o apoio necessário para o recebimento, instalação e testes dos equipamentos, quando tais serviços fizerem parte do objeto contratado;
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações, quantidades, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, Edital e Contrato;
- b) Entregar os equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acondicionados em embalagens originais do fabricante;
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, sem ônus adicional para a Administração;
- d) Substituir, às suas expensas, os equipamentos recusados pela Administração em razão de defeitos, vícios, avarias, desconformidade com as especificações ou danos decorrentes do transporte, no prazo fixado pela Contratante;
- e) Fornecer todos os acessórios, componentes, cabos, manuais de operação em língua portuguesa, certificados de garantia e demais itens necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- f) Realizar, quando aplicável, a instalação, montagem, configuração, testes de funcionamento e colocação dos equipamentos em operação, sem custos adicionais para a Administração;



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

- g) Garantir a qualidade dos equipamentos fornecidos durante o período de garantia, promovendo a reparação ou substituição dos bens que apresentarem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus para a Contratante;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Cumprir todas as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto, inclusive as expedidas pela ANVISA, INMETRO, ABNT e demais órgãos competentes, quando exigíveis;
- j) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato que possa comprometer a execução do contrato ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- k) Reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades legais;
- l) Atender prontamente às solicitações da fiscalização e prestar todos os esclarecimentos necessários durante a execução contratual;
- m) Não transferir, ceder ou subcontratar o objeto contratual, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da Contratante, quando admitido pela legislação;
- n) Responsabilizar-se pela autenticidade, qualidade e procedência dos equipamentos fornecidos, assegurando que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas;
- o) Cumprir integralmente as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à execução do contrato.

16.0. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17.0. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

17.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

18.0 DO REAJUSTE

18.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

18.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

18.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

18.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

19.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato desta municipalidade.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pública, garantida a prévia defesa, aplicará a fornecedora as seguintes sanções previstas no Contrato fundamentadas nos Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata respectivamente sobre a responsabilização administrativa das infrações e sobre as sanções que serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas:

Art. 155. – O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Dar causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.546, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I – Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II – Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 5º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 6º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

19.4. Quanto às obrigações de entrega e solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 1% (um por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

19.5. A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

19.6. Sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATANTE** tem a obrigatoriedade de informar a **CONTRATADA** sobre as sanções aplicadas, e a mesma tem o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente para efetuar o pagamento da multa.

19.7. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

19.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

20.0. DOS RESPONSÁVEIS

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DIANA CRISTINA BARBOSA MARINHO

DIANA CRISTINA BARBOSA MARINHO
Secretaria de Saúde

GADO BRAVO



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00035/2026

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00035/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO – PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SERETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE:

CNPJ:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ARMARIO ALTO	UND	7		
02	Laringoscópio Infantil	UND	3		
03	Mesa ginecológica	UND	2		
04	Notebok portatil (laptop/notebook)	UND	5		
05	Concentrador de Oxigênio com Nebulização Integrada	UND	4		
06	DEA - Desfibrilador Externo Automático	UND	1		
07	Biombo Plumbífero	UND	1		
08	Cadeira	UND	21		
09	Consultório Odontológico Portátil	UND	3		
10	Autoclave horizontal	UND	4		
11	Impressora Laser (Comum)	UND	3		
12	Biombo Triplo Dobrável com rodízios,	UND	3		
13	Compressor Odontológico	UND	2		
14	Impressora Laser Multifuncional (copiadora, scanner e fax opcional)	UND	2		
15	Arquivo de Aço com 05 Gavetas	UND	8		
16	Grupo Gerador Portátil	UND	1		
17	Mesa de Escritório com Gaveteiro	UND	9		
18	Destilador de Água Elétrico	UND	1		
19	AR-CONDICIONADO SPLIT 12000 BTU/H.	UND	13		
20	Notebok portatil (laptop/notebook)	UND	16		
21	Impressora Laser (Comum)	UND	8		
22	ARMARIO ALTO	UND	1		
23	Impressora Laser Multifuncional (copiadora, scanner e fax opcional)	UND	7		
24	Computador (Desktop-Básico)	UND	4		
25	Carro Maca Simples	UND	7		
26	Suporte de Hamper	UND	7		
27	Balança Antropométrica Infantil	UND	2		



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

28	Mesa para Consultório	UND	5		
29	Esfigmomanômetro Adulto	UND	6		
30	Balança Antropométrica Adulto	UND	5		
31	Computador (Desktop-Básico)	UND	2		
32	Esfigmomanômetro de Pedestal	UND	2		
33	Câmara para Conservação de Hemoderivados, Imunobiológicos e Termolábeis	UND	5		
34	Bomba de Infusão	UND	2		
35	Esfigmomanômetro Infantil	UND	3		
36	Régua de Gases (Assistência Respiratória de Parede)	UND	11		
37	Armário Vitrine	UND	7		
38	Mesa de Exames	UND	2		
39	Carro para Curativo	UND	6		
40	Mesa Auxiliar	UND	1		
41	Cadeira para Coleta de Sangue	UND	11		
42	Poltrona Hospitalar	UND	3		
43	Foco Refletor Ambulatorial	UND	2		
44	Nebulizador Portátil	UND	3		
45	Central de Nebulização	UND	2		
46	Suporte de Soro	UND	2		
47	Oftalmoscópio	UND	4		
48	Otoscópio Simples – LED	UND	1		
49	BERA Triagem	UND	1		
50	Laringoscópio Adulto	UND	1		
51	Mesa para Computador	UND	7		
				TOTAL:	

Prezados Senhores, Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

GADO BRAVO



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00035/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO – PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

GADO BRAVO



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2026

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

CONTRATO Nº:-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Gado Bravo - José Mariano Barbosa, SN - Centro - Gado Bravo - PB, CNPJ nº 01.612.651/0001-03, neste ato representada pelo Prefeito Marcelo Paulino da Silva, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente e domiciliado na Rua José Mariano Barbosa, 601 - Centro - Gado Bravo - PB, CPF nº 061.262.814-03, Carteira de Identidade nº 3.135.341 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00015/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SERETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.**

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00015/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO AMPLO - REPACTUAÇÃO:

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação processada com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

O registro da variação do valor contratual para fazer face à repactuação de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento de toda a documentação prevista no § 6, do Art. 135, da Lei 14.133/21.

Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, os preços poderão ser repactuados após o interregno de um ano, com data vinculada: à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

O Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

É vedado ao Contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS:

5005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5005.10.301.1004.1023 - Aquisição de Equipamentos e Veículos para Saúde

5005.10.301.1004.2022 - Manter as Atividades do Fundo Municipal de Saúde

5005.10.301.1004.2029 - Desenvolvimento das Atividades de Outros Programas



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

5005.10.301.1004.2028 - Desenvolver as Atividades da Saúde Bucal

5005.10.302.1004.2078 - DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA MAC

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

A – ENTREGA: 20 (VINTE) DIAS

A vigência do presente contrato será determinada: **ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026**, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Constituem obrigações do Município de Gado Bravo – PB, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, na qualidade de Contratante:

- Designar gestor e fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução, na forma da Lei nº 14.133/2021;
- Receber o objeto provisória e definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que não atendam às especificações técnicas ou apresentem defeitos, vícios ou irregularidades;
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para sua regularização;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições, prazos e forma estabelecidos no contrato, após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da documentação exigida;
- Fornecer à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações contratuais;
- Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA aos locais de entrega, quando necessário ao cumprimento do objeto;
- Aplicar as penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- Solicitar a substituição dos equipamentos que apresentem defeitos, vícios, avarias ou desconformidade com as especificações técnicas, sem ônus para a Administração;
- Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações assumidas, bem como das normas técnicas, sanitárias e legais aplicáveis ao objeto da contratação;



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

- k) Prestar o apoio necessário para o recebimento, instalação e testes dos equipamentos, quando tais serviços fizerem parte do objeto contratado;
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Constituem obrigações da empresa contratada, sem prejuízo de outras previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável:

- a) Fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações, quantidades, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, Edital e Contrato;
- b) Entregar os equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acondicionados em embalagens originais do fabricante;
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, sem ônus adicional para a Administração;
- d) Substituir, às suas expensas, os equipamentos recusados pela Administração em razão de defeitos, vícios, avarias, desconformidade com as especificações ou danos decorrentes do transporte, no prazo fixado pela Contratante;
- e) Fornecer todos os acessórios, componentes, cabos, manuais de operação em língua portuguesa, certificados de garantia e demais itens necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- f) Realizar, quando aplicável, a instalação, montagem, configuração, testes de funcionamento e colocação dos equipamentos em operação, sem custos adicionais para a Administração;
- g) Garantir a qualidade dos equipamentos fornecidos durante o período de garantia, promovendo a reparação ou substituição dos bens que apresentarem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus para a Contratante;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Cumprir todas as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto, inclusive as expedidas pela ANVISA, INMETRO, ABNT e demais órgãos competentes, quando exigíveis;
- j) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato que possa comprometer a execução do contrato ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- k) Reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades legais;
- l) Atender prontamente às solicitações da fiscalização e prestar todos os esclarecimentos necessários durante a execução contratual;
- m) Não transferir, ceder ou subcontratar o objeto contratual, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da Contratante, quando admitido pela legislação;
- n) Responsabilizar-se pela autenticidade, qualidade e procedência dos equipamentos fornecidos, assegurando que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas;
- o) Cumprir integralmente as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
- c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
- f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Gado Bravo - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

PELO CONTRATADO

GADO BRAVO



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00015/2026

PROCESSO Nº 035/2026

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE REQUISITOS NORMATIVOS

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00035/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO – PB.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Gado Bravo, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.